

### **“Crueldade mortal”: relato de um linchamento na Baixada Fluminense**

Manhã chuvosa. Rua das Graças, Jardim Iguaçu em Nova Iguaçu. Dia 19 de janeiro de 1970. Segunda feira. De costas para o poste, mas preso a ele fortemente pela cintura e pelas mãos, agoniza um homem ensanguentado após ser espancado ao longo da noite.

No dia seguinte (20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade do Rio de Janeiro) O Globo e o Jornal do Brasil estamparam como foto de capa o homem “de físico franzino” preso ao poste. Na seção policial desses periódicos havia relatos muito semelhantes que podem ser resumidos da seguinte forma: o homem morto se chamava Geraldo Viana de Carvalho, “débil mental”, tinha 50 anos, mendigo, perambulava pelas ruas do bairro. Era inocente e foi massacrado por um bando de “marginais”.

A sugestão era de que foi pura crueldade o massacre do “velho” que três dias antes (sexta-feira) - porque perturbava demasiadamente seus vizinhos - foi conduzido por policiais para um hospital psiquiátrico da Guanabara, mas que, liberado logo em seguida, voltara para o bairro Iguaçu, sendo envolvido - sabia-se lá porque ou como - em uma tentativa de assalto que ocorrera em uma loja de materiais de construção localizada na rua das Graças e terminara preso ao poste, espancado, esfaqueado e baleado provavelmente pelos mesmos “marginais” que tentaram assaltar a loja de materiais de construção Fornecedora Mundo Novo.

Uma versão diferente, porém, menos explorada, trazia o Jornal do Brasil daquele dia. Nela uma testemunha chamada Lucíola Esterque alegava ter continuado a ouvir o “velho” gemendo ao longo de toda a noite. Explicava que ele foi amarrado ao poste por seis homens, que antes disso o “velho” tentou invadir seu “casebre” quando ela tomava banho, ocasião em que seu marido e alguns de seus parentes levaram o homem até a esquina e o deixaram lá.

Nos dias seguintes os periódicos fizeram o inusual e desdobraram a história desse linchamento. Mais comum é que os jornais apresentem o caso quando de seu acontecimento. Como os culpados geralmente não surgem, o mesmo é abandonado. Nesse caso específico, entretanto, a história seguiu e modificou-se logo. O Globo e o Jornal do Brasil continuaram a tratar desse linchamento em suas seções policiais.

Alguns equívocos das edições do dia 20 de janeiro foram logo corrigidos. O maior deles foi a informação de que o “velho” linchado se chamava Geraldo Viana de Carvalho e que ele tinha 50 anos de idade. Uma das filhas da vítima surgiu e esclareceu que seu pai

se chamava Augusto Lopes da Silva, que contava 64 anos e que morava em Cabuçu<sup>1</sup>, onde construía uma casa e era proprietário de um pequeno sítio.

É bastante provável que as informações equivocadas do dia anterior tenham vindo de uma fonte policial e que Augusto tenha sido confundido com algum mendigo chamado Geraldo e que perambulava pelas ruas de Nova Iguaçu.

A partir desse dia e nos seguintes o retrato de Augusto foi sendo desenhado ao mesmo tempo em que o depoimento de testemunhas diversas permitiram que o enredo do linchamento visto pela ótica da imprensa fosse construído.

Mas por que esse linchamento em especial chamou minha atenção? Em primeiro lugar crimes coletivos como linchamento não repercutem demasiadamente na imprensa. Como adiantei acima, o habitual é que eles não sejam tratados pelos jornais, mas quando isso se dá, muito raramente são objeto de mais de uma edição do periódico. Estranhamente o caso do Jardim Iguaçu foi tratado por quase a totalidade dos mais populares periódicos cariocas e fluminenses que circulavam em 1970 e ocupou por mais de um ano páginas dos dois periódicos aqui privilegiados. Em segundo lugar fiquei surpreso com o fato de no mesmo ano terem ocorrido dois linchamentos no primeiro distrito de Nova Iguaçu e dessas duas ocorrências apresentarem como vítimas pessoas não vinculadas a nenhuma atividade entendida como ilícita pelas autoridades policiais e judiciárias. É bastante provável que tenha sido exatamente esse *status* de “gente boa” das vítimas<sup>2</sup> que tenha evitado o esquecimento dos casos pela imprensa e pelas autoridades policiais.

Outra possibilidade para o não esquecimento vincula-se às circunstâncias periféricas das mortes: a primeira delas ocorreu em plena véspera do dia de São Sebastião, cuja representação clássica é do santo martirizado com as mãos atadas a uma árvore por cordas. A segunda morte envolveu um indivíduo branco que habitava um bairro miserável e que apresentava um programa de rádio onde constantemente atacava seus vizinhos chamando-os de macaco e urubu.

---

<sup>1</sup> Distrito de Nova Iguaçu localizado a cerca de 10 Km do Jardim Iguaçu, onde ele morreu.

<sup>2</sup> Além de Augusto Lopes da Silva foi morto por um grupo de vizinhos seus em junho de 1970 Felício Batista de Souza, astrólogo e radialista morador do Bairro Nova Canaã. O caso também foi amplamente noticiado por alguns jornais cariocas e a causa do crime coletivo foi o fato do astrólogo ofender constantemente seus vizinhos considerados por ele por sua família inferiores por serem negros.

Se a Baixada Fluminense era no início da década de 1970 já bastante conhecida pela ocorrência de crimes diversos, a história daqueles casos diferia em muito dos crimes ocorridos ali até então. Era a primeira vez que se ouvia falar de linchamentos e as vítimas eram em tudo as não esperadas.

O excesso de crueldade envolvido nos crimes também chamou muito a atenção na medida em que sugeria algo que Elias Canetti chama em seu “Massa e Poder” de “a inversão do temor do contato”<sup>3</sup>, algo típico de crimes levados adiante pelas massas abertas, além do cometimento de crimes revestidos de caráter ritualístico e orientados por um ódio bastante primário que perturbavam bastante a mídia de então.

A ideia de uma ação irracional e compartilhada por vizinhos de infortúnio agredidos por circunstâncias opressivas ao extremo é tentadora em demasia e parece ter inspirado o cineasta José Paulino de Souza que em 1976 dirigiu o filme “Crueldade Mortal”<sup>4</sup> livremente inspirado na história do linchamento de Jardim Iguazu e que se notabiliza por uma narrativa circular que parece prender seus personagens (quase todos com correspondentes nos enredos dos periódicos) dentro de “Morro Agudo” que é o lugarejo onde o filme se passa. A manchete da revista *Veja*<sup>5</sup> do final do mês de janeiro de 1970 tratando do caso do linchamento do Jardim Iguazu parece servir como uma luva no enredo do filme de José Paulino: “Noite de loucuras”.

O linchamento em si é perturbador para qualquer cientista do social, mas para além do anedótico ou do puro registro do comportamento coletivo importa ao historiador explicar o contexto.

É óbvio dizer que como historiador o que me chamou atenção no linchamento de Jardim Iguazu não foram os lados puramente macabros da história. Para além da narrativa em si do evento que os jornais apresentaram de forma fragmentária, mas que devido a continuidade da atenção jornalística possibilitará aqui a construção de uma narrativa mais de acordo com “o que de fato aconteceu” (o que - por mais que se diga positivista - de qualquer forma é uma obrigação do historiador), o que me move é aquilo que os

---

<sup>3</sup> CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 13.

<sup>4</sup> *Crueldade Mortal* é o nome de um filme de 1976 do diretor Luiz Paulino dos Santos cujo elenco incluiu os atores Jofre Soares, Marieta Severo, Mauricio do Valle, Ilva Niño, Tônico Pereira, Marlene França e Antonio Pitanga. Cronologicamente é o segundo filme que utilizou como cenário de seu enredo a região da Baixada Fluminense. Outros quatro filmes tiveram também essa região como cenário: *Amuleto de Ogum* (1974), *O Homem da Capa Preta* (1986), *Com licença eu vou à luta* (1986) e *O homem do ano* (2003).

<sup>5</sup> *Veja*, edição 73, 28 jan. 1970, p. 24-25.

jornalistas não captariam por mais que se esforçassem: o contexto gerador do que José de Souza Martins, citando estudiosos que ele chama de “sociólogos mais antigos”, categoriza como “comportamento coletivo”<sup>6</sup> ou aquilo que Foucault chamou de “ato de justiça popular profundamente antijudiciário”<sup>7</sup>.

A contextualização desse caso implica necessariamente em debruçar-se sobre a maneira como o bairro Jardim Iguaçu foi ocupado desde a sua inauguração pela empresa loteadora Imobiliária Delamare no início dos anos 1950. Mais do que isso. Equivale a investigar detalhadamente o que chamo de colonização popular da Baixada Fluminense e especificamente o processo de ocupação e “organização” do espaço anteriormente rural do primeiro distrito de Nova Iguaçu: Comendador Soares, ou Morro Agudo<sup>8</sup>.

Mas se minha pesquisa relacionada ao caso originador do filme “Crueldade Mortal” apresenta como objetivo fundamental a investigação do contexto possibilitador do linchamento de Augusto Lopes da Silva, a atual apresentação dos resultados de minha incipiente pesquisa relaciona-se unicamente com a análise primária do material jornalístico produzido ao longo da década de 1970 a respeito do caso e a interação dos artigos jornalísticos com o filme dirigido por Luiz Paulino dos Santos.

No âmbito dessa incipiente pesquisa o acompanhamento dos diversos retratos construídos pelos periódicos é um dos objetivos e é o que segue.

**VÍTIMA SOLITÁRIA.** O retrato de vítima é elementar que corresponde ao do senhor linchado. Augusto Lopes da Silva<sup>9</sup>. Se nas edições do dia 20 de janeiro “Geraldo” era somente um velho “mendigo” e “débil mental”, envolvido, não se sabia bem porque, em um assalto que resultou em sua morte, as matérias do Jornal do Brasil e de O Globo indicavam que ele era inocente. Mentalmente perturbado, tentava invadir casas alheias, despiu-se na frente dos moradores, porém suas ações não eram ofensivas. O castigo foi

---

<sup>6</sup> MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015. p. 74

<sup>7</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P. 43.

<sup>8</sup> Comendador Soares era chamado de Morro Agudo provavelmente até a década de 1950. Este era o nome de uma das fazendas legadas por Francisco Luís Soares de Sousa e Melo à Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro em meados dos anos 1910 e sobre a qual se estabeleceram inúmeros loteamentos originadores dos tantos bairros populares que constituíram o antigo primeiro distrito do município de Nova Iguaçu.

<sup>9</sup> Nem sempre as descrições jornalísticas de linchamentos têm na figura do linchado a vítima. No caso também ocorrido em Morro Agudo seis meses após o do Jardim Iguaçu, os discursos produzidos pelos jornais conduziram os leitores a perceberem o “astrólogo racista” como o provocador do linchamento enquanto seus matadores ocuparam o papel de defensores da comunidade.

injusto, os moradores o confundiram com um ladrão qualquer e por isso o amarraram ao poste.

Um primeiro choque já se deu nesse dia entre a versão do comissário de polícia e dos moradores do local. Enquanto os últimos alegavam nunca terem visto o homem, o comissário Dinorá, reconheceu “Geraldo”, nomeou-o e lembrou que ele fora recolhido dias antes em Cabuçu e enviado a um hospital.

Se em Cabuçu ele entrava em todas as casas dizendo que essas eram suas e todos compreendiam isso e somente o afastavam, ali foi diferente. Distante dos que o conheciam, terminou amarrado ao poste e torturado por toda a noite. Se foi isso que pensou e disse o comissário de polícia, não foi isso que compreenderam os jornalistas presentes. Não tendo a menor ideia de onde era Cabuçu, fundiram os dois lugares (Morro Agudo e Cabuçu) e expandiram a confusão para as matérias dos dias seguintes até que ocorresse a solidificação da versão apresentada na obra de Luiz Paulino, onde o senhor Augusto (no filme Antonio Lopes da Silva, personagem interpretado pelo ator Jofre Soares) era morador de Morro Agudo e não Cabuçu.

Se a primeira imagem de “Geraldo” no Jornal do Brasil do dia 20 de janeiro de 1970 era de um mendigo semivestido morto por seus vizinhos por perturbar a esses invadindo casas alheias e ficando nu em frente às mulheres do vilarejo de Morro Agudo, no dia seguinte o retrato inicia sua modificação na direção da construção da pintura de uma vítima fortuita, absolutamente não contribuinte para sua morte e enquadrada dentro de uma categoria muito cara aos jornalistas que tratavam de casos policiais na década de 1970: a das pessoas não matáveis.

As edições do Jornal do Brasil e de O Globo dos dias 21 e 22 de janeiro (talvez pela falta de novidades da investigação policial acerca do caso) tomam como depoentes que informam quem é de fato o senhor Augusto uma de suas filhas e uma vizinha sua, tida pelos jornalistas do Jornal do Brasil como sua confidente e pelos profissionais de O Globo como sua última grande paixão e responsável pelo seu desequilíbrio mental.

A filha de Augusto (Maria Lopes) identifica de fato o pai e desmente o fato dele chamar-se Geraldo. Localiza como local de sua moradia a rua Caçapava no centro do distrito bastante ruralizado ainda de Cabuçu em Nova Iguaçu e diz que ele saíra de Pernambuco cerca de seis anos antes da morte somente com a roupa do corpo devido a desentendimentos com sua mulher e seus treze filhos. Mais surpreendente é a informação de que outrora Augusto fora um fazendeiro milionário, possuindo até um avião.

Nos dias seguintes a informação de que Antonio fora já um milionário desfez-se, uma vez que a filha que deu a informação foi considerada com “perturbação mental”, tomando o pai pelo irmão deste que de fato possuía muitos bens e que vivia na Bolívia já há algum tempo.

As informações referentes a sua origem nordestina, sua idade e sua grande família deixada em Pernambuco confirmaram-se, assim como as características fornecidas pela suposta derradeira paixão do nordestino identificada como Ornequina pelo Correio da Manhã, Gercina Maria dos Santos pelo Jornal do Brasil e Anesina da Silva por O Globo<sup>10</sup>.

A mulher moradora também da rua Caçapava em Cabuçu informou que Augusto era um homem bastante trabalhador que cultivava hortaliças em sua propriedade e que vendia pedras e ferro para construção no mesmo carrinho que usava para oferecer as verduras que cultivava. Tanto trabalhou que conseguiu juntar dinheiro<sup>11</sup> para a construção da casa que finalizava em Cabuçu.

Seus vizinhos atribuíam ao amor por Gercina / Anesina / Ornequina a razão de sua perdição. Se sentindo velho, Augusto passara desde um mês antes de seu massacre a beber “remédios e beberagens” a fim de viver sua “última paixão”. Repellido, passou a perambular, chamar todas as casas de suas até que na sexta-feira quebrou a cerca e o galinheiro de um morador de seu sítio, foi recolhido pelo subdelegado de Cabuçu, capitão Francisco Matsen, que o conduziu a delegacia de Nova Iguaçu que o levou para o hospital psiquiátrico Pedro II que não aceitou sua internação.

Um hiato há entre o hospital que o recusou na sexta-feira por não ser lá cadastrado e sua chegada em Morro Agudo no domingo à noite. O mais provável é que ele, dispensado do hospital tenha voltado na viatura policial até a delegacia de Nova Iguaçu e lá liberado.

No estado de confusão mental em que se encontrava é provável que tenha tentado retornar para sua casa e que em lugar de embarcar em um ônibus que chegaria a Cabuçu tenha inadvertidamente embarcado no ônibus Morro Agudo descendo dentro do Jardim Iguaçu. Essa hipótese é plausível porque em 1970 os pontos finais dos coletivos

---

<sup>10</sup> Seja lá qual fosse o nome dessa mulher ela terminou servindo como inspiração para o cineasta Luiz Paulino dos Santos construir a personagem Josefina interpretada por Ilva Niño. Uma beata pentecostal que diz não viver para esse mundo e sim para Cristo, repelindo de forma veemente as investidas amorosas do nordestino Antonio Lopes da Silva.

<sup>11</sup> Cinco mil cruzeiros novos. Em janeiro de 1970 o salário mínimo era CN\$ 156,00.

destinados a esses lugares distantes um do outro eram vizinhos. A partir daí, pensando estar em Cabuçu, passou a agir como ali agia o que resultou em seu justicamento.

Louco, migrante, honesto, envelhecido pelo trabalho, porém mesmo assim com energias para apaixonar-se e sonhar com um recomeço expresso tanto em suas propostas de casamento a sua vizinha como na construção de uma nova casa, os periódicos cariocas desenharam em seu conjunto o retrato de um sofredor e acima de tudo um injusticado.

Marina Colasanti foi a primeira jornalista a chamar a atenção para um aspecto diverso do caso: a culpa do Estado. Na matéria “Uma ocorrência em Nova Iguaçu”<sup>12</sup> ela ironiza as condições críticas de um local destinado aos “loucos”: a Colônia Juliano Moreira. Mesmo se equivocando - uma vez que Augusto foi encaminhado a um outro hospital psiquiátrico que o recusou - ela chamou a atenção para a ausência do Estado como causa para o massacre do “velho” que solto entre os “sãos” foi amarrado ao poste e trucidado. Solto, aliás, por agentes do Estado que em momento algum atentaram para a incapacidade do senhor em acertar o caminho da própria casa.

**ALGOZES E HERÓI.** Desde a primeira notícia do caso de Jardim Iguaçu, era perceptível a necessidade dos jornalistas de encontrarem culpados para o crime. Se a própria vítima não era culpável de forma alguma - algo bastante comum em notícias de linchamento - restava aos jornalistas apontar culpados mesmo antes de qualquer investigação. Tarefa simplificada pelas próprias circunstâncias da ocorrência, uma vez que o trecho da Rua das Graças onde Augusto foi supliciado era já em 1970 bastante habitado, próximo de bares, um depósito de material de construção e esquina com a via principal do bairro (a estrada da Raia), condição que tornava impossível que não houvesse testemunhas.

Na ausência de culpados certos, todos eram pecadores pelo menos por omissão, uma vez que Augusto permanecera no poste por pelo menos sete horas e na maior parte do tempo clamara por socorro nunca obtido.

O Jornal do Brasil em sua primeira edição que tratou do caso localizou uma família como tendo algo a ver com o crime. Tratava-se da família chefiada por Marino Eduardo dos Santos (o Edu). Ao profissional enviado por O Globo a Morro Agudo naquela manhã de segunda-feira a esposa de Marino, Lucíola Esterque, disse que viu às 23 horas do dia do crime o homem sendo amarrado ao poste por seis criminosos e deu até as

---

<sup>12</sup> **Jornal do Brasil**, 22 jan. 1970, caderno B, p. 02.

características do que ela chamou de chefe do grupo. Diferentemente disso, o Jornal do Brasil esboçou a história que ao final constaria da trama embasadora tanto dos documentos que a polícia encaminhou ao judiciário quanto do filme “Crueldade Mortal”<sup>13</sup>.

Para o Jornal do Brasil Lucíola declarou informalmente aos policiais que às 23 horas de domingo

[...] o doente mental forçou a porta de sua casa, enquanto ela tomava banho. Gritou por socorro e conseguiu afugentá-lo, até que êle foi para duas casas vizinhas, onde também tentou entrar e foi igualmente repellido. Na volta, o doente mental parou na frente da casa de Lucilda (sic) e gritou que ia ficar nu. Ao som de uma música que cantava, começou a despir-se, até que surgiram o marido e os irmãos de Lucilda (sic), que se juntaram ao vigia João Bonifácio de Souza, agarraram o doente e o arrastaram para outro local.<sup>14</sup>

As declarações de Lucíola Esterque apontavam para uma participação pelo menos parcial de membros de sua família no “crime coletivo”. O fato de declarar a O Globo ter ouvido Augusto gritar alto e gemer por toda a noite demonstra que o “casebre” da família ficava bem perto do poste do linchamento (uma testemunha disse que a casa ficava em frente ao poste), jogando a família na incômoda situação de ter se omitido ao não sair de casa a fim de desamarrar o supliciado mesmo após as duas horas da manhã quando, pela própria declaração de Lucíola, não havia mais ninguém na rua além do “velho”.

Um novo personagem salta das declarações da esposa de Marino Eduardo dos Santos e é ele o vigia da Fornecedora de Materiais Novo Mundo, João Bonifácio de Souza (João Vigia). Segundo o vigia - que confirmou a história de Lucíola de que seu marido e irmãos levaram o “débil mental” até a esquina da rua das Graças deixando-o lá após este ameaçar ficar nu em frente da casa de Marino - Augusto tentou invadir a casa do “marginal conhecido por Beca”, foi agarrado por este e dois comparsas, agredido e finalmente preso ao poste com cordas retiradas da Fornecedora Novo Mundo. Como o vigia tentou impedir a entrada dos “maconheiros” na loja, acabou agredido e obrigado a fugir do local.

Essa versão inicial rapidamente caiu por terra, uma vez que Jorge Tolentino dos Santos (o Deca e não “Beca”), apresentou-se ao delegado de Nova Iguaçu praticamente

---

<sup>13</sup> No filme de Luiz Paulino dos Santos Marino Eduardo e Lucíola Esterque são representados pelos atores Emanuel Cavalcanti e por Marieta Severo. O nome do personagem de Emanuel é Mário enquanto sua esposa se chama Jurema.

<sup>14</sup> Jornal do Brasil, 20 jan. 1970. p. 20.

ao mesmo tempo que Valter de Oliveira Coelho (o Carioca). O primeiro alegou inocência, explicando que atacara sim o vigia João Bonifácio, porém isso fez a fim de que este e o marido de Lucíola desamarrassem as mãos do “velho maluco” que gemia em frente de sua casa caído em uma vala.

Efetivamente Deca afastou os dois primeiros agressores, roubando a arma do vigia e ferindo-o, bem como assustando Marino - que o ameaçava com uma faca - ao atirar duas vezes para o alto, porém isso valeu de pouco, porque enquanto o tio de Deca oferecia a Augusto uma calça que esse vestiu do lado avesso e João Bonifácio procurava curar a cabeça ferida por duas coronhadas dadas por Deca, Marino procurou o auxílio de um vizinho chamado Júlio César Cândido da Silva - que também foi agredido por Deca - e de Válter de Oliveira Coelho e Sebastião Aguiar (o Tião da Marta) que jogavam sinuca em um bar próximo.

Contra o grupo aumentado de agressores nada mais pode fazer Deca a não ser refugiar-se dentro de casa na companhia de seus tios.

Valter confessou ter retirado do poder de Deca o senhor Augusto que logo em seguida foi amarrado ao para-choque de um caminhão pertencente a loja onde o vigia João Bonifácio trabalhava. Sem explicar porque, informou que jogou no “velho” dois baldes de água fria após ter perguntado a João Vigia se podia solta-lo do caminhão, ao que a resposta foi “amarra esse cão no poste agora”. Prendeu Augusto ao poste enquanto um novo personagem João Miguel da Silva (o Dão) o esmurrava violentamente. Isso feito, foi para sua casa e somente soube pela manhã que Augusto havia morrido.

Várias testemunhas desmentem em parte o que Valter disse, colocando-o na cena do linchamento por muito mais tempo e indicando-o, juntamente com João Miguel da Silva, como o agressor mais encarniçado de Augusto. As mesmas testemunhas indicam que João Bonifácio era aquele que dava as ordens e Lucíola Esterque incentivava o massacre gritando palavras de ordem do tipo “acabem logo com este ladrão” e “segurem o homem. Ele quis invadir minha casa”.

Um personagem ou outro entra nos relatos jornalísticos (tanto que o inquérito policial indiciou 16 pessoas), porém os elencados acima foram sempre os mais frequentes. Filtrando bastante a leitura das matérias é possível pensar em um enredo como o seguinte para esse primeiro de uma série de linchamentos ocorridos a partir de 1970 na região da Baixada Fluminense:

- 01) Ao longo da sexta-feira Augusto Lopes da Silva, mentalmente perturbado, se desentende com um morador de seu sítio em Cabuçu e destrói uma cerca e o galinheiro deste. Aborrecido o vizinho de Augusto procura o subdelegado de Cabuçu que encaminha o doente para a delegacia de Nova Iguaçu que por sua vez envia Augusto para um hospital psiquiátrico da Guanabara.
- 02) Augusto é liberado por policiais no centro de Nova Iguaçu durante o dia de sexta-feira após ser recusado no hospital por não ter “ficha” no mesmo.
- 03) Mentalmente confuso perambula pelo centro da cidade até que na noite de domingo chega ao bairro de Jardim Iguaçu provavelmente por ter se equivocado e embarcado em um ônibus da Viação Glória que se destinava a Morro Agudo e não a Cabuçu seu local de moradia.
- 04) Na rua das Graças tenta invadir algumas casas provavelmente em processo de construção tal como a sua na rua Caçapava em Cabuçu. Grita sempre que a casa é sua.
- 05) A primeira dessas casas pertence a Marino Eduardo dos Santos. Sua esposa, que tomava banho na hora, grita por socorro e afugenta Augusto que se encaminha para outra casa tentando novamente invadir.
- 06) Repelido pelo morador, volta para a casa de Marino e cantando uma música fica nu. Marino armado com uma faca se junta a Júlio César Cândido da Silva João Bonifácio de Souza, vigia da Fornecedora de Materiais Novo Mundo, que armado com um revólver auxilia o primeiro a imobilizar Augusto amarrando suas mãos com uma corda.
- 07) A confusão gerada no processo de imobilização e primeiro ataque ao “débil mental” chama a atenção da família de Jorge Tolentino dos Santos (Deca) que encontra os dois agressores originais e sua vítima em frente sua casa e caído em uma poça de lama.
- 08) Julgando ser uma covardia os atos de Marino e João Vigia, Deca se atraca com esse último, toma sua arma, desfere dois golpes na cabeça deste e, ameaçado pela faca que Marino Eduardo empunha, dispara a arma duas vezes para o alto para impor respeito.
- 09) Enquanto Deca afasta João Vigia e Marino da frente de sua casa, Augusto entra na casa da família de Deca onde recebe uma calça que veste do lado avesso antes de retornar para a rua.
- 10) Marino se encaminha para um bar localizado nas cercanias e lá chama Válter de Oliveira Coelho (o Carioca) e Sebastião Aguiar (o Tião da Marta) a fim de que esses possam ajudá-lo a imobilizar novamente o senhor Augusto.

- 11) O grupo, logo aumentado por João Vigia após esse limpar as feridas do embate com Deca, retorna para a frente da casa deste último e exige a entrega de Augusto. Deca tenta resistir, mas desiste disso quando percebe que corre ele o risco de ser linchado;
- 12) Logo em seguida Augusto é amarrado ao para choque de um caminhão por Carioca enquanto um novo componente do grupo, João Miguel da Silva (o Dão) e o próprio Carioca o agridem violentamente;
- 13) Por ordem de João Vigia Augusto é desamarrado do caminhão e preso ao poste onde é agredido por muitos dos moradores da rua das Graças. O saldo do linchamento foi, segundo a perícia, afundamento do crânio, fratura de quase todos os ossos da cabeça, arrancamento de vários dentes, escoriações diversas pelo corpo e duas perfurações a bala e uma facada, além de rompimento dos rins e hemorragias internas.

O caso do linchamento de Augusto Lopes da Silva talvez seja o que mais detalhadamente foi tratado por periódicos de grande circulação no Brasil das últimas décadas. A cada novo depoimento de um participante a polícia ou a cada descoberta de uma nova testemunha por jornalistas o caso voltava a ocupar um amplo espaço na mídia escrita da Guanabara e de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro.

Deca<sup>15</sup> - cuja morte violenta foi resultado de uma suposta troca de tiros com a polícia quase dois anos após ao linchamento - é no relato jornalístico o único lado humano, racional do caso. Todos os outros envolvidos são assemelhados a animais incapazes de perceber em Augusto somente o que ele era de fato: um migrante fraco, doente, solitário, perdido.

Como em todos os casos de linchamento, antes da sentença de morte veio um julgamento que nesse caso, como em tantos outros, foi realizado por somente uma pessoa: Lucíola Esterque. Parece que o grito “Ladrão!” que ela deu ao entender que sua casa estava sendo invadida, definiu tudo.

As matérias jornalísticas se encaminham na direção do entendimento de que Lucíola, Marino, João Vigia, Dão, Carioca, etc. pudessem antecipar o desfecho de seus

---

<sup>15</sup> No filme *Crueldade Mortal* o personagem Deca é representado por Antonio Pitanga. Sobre o assassinato de Deca duas hipóteses foram levantadas. A primeira era de que ele se tornou um traficante de drogas que controlava várias bocas de fumo no distrito iguaçuano de Mesquita e foi morto por policiais no bairro Jardim Iguaçú para onde havia fugido em virtude de uma verdadeira caçada que a polícia iguaçuana fazia a ele. A segunda era de que algum envolvido no linchamento vingou-se dele matando-o. Nada foi investigado e esclarecido.

atos e que poderiam ter evitado tudo se fossem mais racionais, menos bárbaros, mais civilizados.

Mas o lugar não ajudava. Ser civilizado em Nova Iguaçu na década de 1970, na visão do profissional da revista *Veja* que cuidou do caso de Jardim Iguaçu era algo impossível talvez devido a “cidade incrivelmente espalhada, suja e pobre” ser formada por “ruas enlameadas, casas precárias de tijolo e tábuas, terrenos baldios onde patos, cabras, galinhas, porcos e cães sem dono vivem ao lado de crianças, geralmente barrigudas e descalças.”

Penso que minha função como historiador é enxergar para além dos fatos apresentados pelos periódicos e desvendar o que transformou a “gente boa”, “calma e tranquila” de Morro Agudo “num bando de possessos. Num bando de selvagens. Num bando de bárbaros. Num bando de falsos homens e de falsas mulheres”<sup>16</sup>.

A resposta à pergunta do jornalista Luiz Carlos Sarmiento feita quatro dias após o massacre do “jardim do linchamento” urge ser respondida: “o que está acontecendo com aquela gente? Que estranha droga tomaram para se transformar em possessos?”

A história da colonização popular da Baixada Fluminense está ainda por ser feita. Apesar da região estar deixando de ser rural desde pelo menos a década de 1940.

Penso que a análise das marcas desse processo caótico de ocupação de uma área urbana nacional contribuirá certamente para entender melhor como o processo de exclusão popular, tão marcante na história desse país, deu-se ali.

O prosseguimento da pesquisa iniciada agora contribuirá modestamente com isso.

---

<sup>16</sup> OS POSSESSOS. *Correio da Manhã*, 23 jan. 1970, p. 4.



# XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC